



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

Nº \_\_\_\_\_

## **XXX Seleção de Estagiários para a área de Direito da Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas**

### **ATENÇÃO:**

- i. Não será permitida qualquer forma de identificação do candidato na folha de resposta;
- ii. Não é permitida a consulta a qualquer legislação (**nem mesmo à Constituição Federal**), doutrina, impressos ou anotações;
- iii. Não é permitida a retirada de nenhuma das folhas integrantes desse caderno de prova;
- iv. A prova tem duração de 03 (três) horas;
- v. A divulgação do resultado será divulgada no site [www.pge.am.gov.br](http://www.pge.am.gov.br)
- vi. Nenhuma das Alternativas Acima tem como sigla o termo "NDA".

-----  
**Nome:** \_\_\_\_\_

**C. Identidade:** \_\_\_\_\_

**N. Controle/PGE:** \_\_\_\_\_



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**1. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, DIVERGE do texto constitucional a seguinte afirmação:**

- a. São assegurados, nos termos da lei a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas
- b. A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da segurança ou o interesse social o exigirem;
- c. Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;
- d. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;
- e. São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

**2. Sobre a ação declaratória de constitucionalidade, e CORRETO afirmar que:**

- a. É instrumento de controle difuso de constitucionalidade;
- b. Pode apurar a constitucionalidade de normas federais e estaduais;
- c. Somente pode analisar a constitucionalidade de normas federais;
- d. A causa de pedir restringe-se às normas constitucionais suscitadas na petição inicial;
- e. É garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa em sua tramitação;

**3. A respeito das classificações das constituições, NÃO é correto afirmar que:**

- a. As constituições inorgânicas ou costumeiras se originam, sobretudo, dos precedentes judiciais, das tradições, dos costumes e convenções;
- b. A constituição outorgada é aquela que decorre de um ato unilateral da vontade política soberana do governante;
- c. Quanto ao modo de elaboração, as constituições dogmáticas são, necessariamente, escritas;
- d. As constituições rígidas, também denominadas fixas, quando possuem pontos imutáveis (cláusulas de pedra), são classificadas como super-rígidas;
- e. Quanto à legitimidade do conteúdo da constituição, a constituição semântica é meramente formal, sendo apenas uma "constituição de fachada";

**4. No que tange às funções essenciais à justiça, marque a alternativa INCORRETA:**

- a. São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;

- b. Aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias;
- c. A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada;
- d. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;
- e. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo;

**5. Sobre as constituições brasileiras, é CORRETO aduzir que:**

- a. A primeira constituição brasileira a ser promulgada foi a de 1934;
- b. A constituição de 1937 foi o marco da redemocratização do país;
- c. Em curto período da constituição de 1946, o Brasil vivenciou o parlamentarismo;
- d. Na primeira constituição pátria, promulgada por D. Pedro I, o voto era censitário e o Estado era confessional;
- e. O presidencialismo foi definido pela Constituinte de 1988, sendo ratificado, posteriormente, por referendo;

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**6. Assinale a natureza jurídica da empresa pública**

- a. órgão
- b. pessoa jurídica de direito público
- c. ente do terceiro setor
- d. pessoa jurídica de direito privado
- e. NDA

**7. O Governador de determinado Estado-Membro, ao expedir decreto que inova em determinada matéria prevista em Lei, extrapola os limites do**

- a. Poder Executivo
- b. Poder de Polícia
- c. Poder Regulamentar
- d. Poder Disciplinar
- e. NDA

**8. A ratificação do ato realizado por agente incompetente por autoridade competente pode caracterizar:**

- a. Invalidação do ato administrativo
- b. Anulabilidade do ato administrativo
- c. Conversão do ato administrativo
- d. Convalidação do ato administrativo
- e. NDA



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

**9. O controle judicial dos atos administrativos caracteriza-se, em regra, como:**

- a. Controle interno
- b. Controle de mérito
- c. Controle de legitimidade
- d. Controle Externo
- e. NDA

**10. Nos termos da Lei n. 8.666/93, assinale a modalidade de licitação utilizada para alienações de bens públicos imóveis federais:**

- a. Concorrência
- b. Pregão
- c. Leilão
- d. Concurso
- e. NDA

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**11. Considere as assertivas abaixo e responda:**

I) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

II) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

III) Aplica-se o benefício da contagem em dobro dos prazos para União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público inclusive quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.

IV) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença.

V) O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico, científico ou ainda, segundo o novo CPC, quando a questão jurídica for complexa.

**São INCORRETOS os itens:**

- a. I, III e V.
- b. II, IV e V.
- c. II e III.
- d. III e V.
- e. II e IV.

**12. Sobre os atos processuais, assinale o enunciado INCORRETO:**

a. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

b. De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.

c. Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso da língua portuguesa.

d. Com exceção dos recursos, será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

e. Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

**13. Assinale o enunciado INCORRETO:**

a. A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro.

b. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

c. As partes podem apresentar ao juiz, para homologação, delimitação consensual das questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos, e das questões de direito relevantes para a decisão do mérito, a qual, se homologada, vincula as partes e também o juiz.

d. Ao réu revel será lícita a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção.

e. A audiência não poderá ser adiada por convenção das partes.

**14. Sobre provas, assinale a alternativa INCORRETA:**

a. O juiz inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente, primeiro as do autor e depois as do réu, podendo, porém, alterar essa ordem se as partes concordarem.

b. As partes podem, de comum acordo, escolher o perito, indicando-o mediante requerimento, desde que sejam plenamente capazes e a causa possa ser resolvida por autocomposição. A perícia consensual não substitui, porém, a que seria realizada por perito nomeado pelo juiz.

c. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.

d. Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

e. Não vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.

**15. Assinale a alternativa INCORRETA:**

a. Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível.

b. Se o relator constatar a ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida ou a existência de questão apreciável de ofício ainda não examinada que devam ser considerados no julgamento do recurso, intimará as partes para que se manifestem no prazo de 5 (cinco) dias. Se a constatação ocorrer durante a sessão de julgamento, esse será imediatamente suspenso a

fim de que as partes se manifestem especificamente.

c. Todo acórdão conterá ementa.

d. Cabe ação rescisória contra decisão transitada em julgado que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda ou admissibilidade do recurso correspondente.

e. É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, alternativamente, efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito ou risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

**PROVA DISCURSIVA**  
**(responda na folha de resposta)**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**1.** Sabe-se que o controle de constitucionalidade tem por desiderato assegurar a supremacia constitucional, promovendo a invalidação de leis e atos normativos incompatíveis com a Constituição. Nesse contexto, há a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e a ação declaratória de constitucionalidade (ADC).

Dentre as classificações e qualificações cabíveis, é possível dizer que tais ações são dúplices (com sinal trocado)? Justifique.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**2.** Diferencie o conceito de órgão do conceito de entidade e relacione os conceitos com os fenômenos de desconcentração e descentralização. (máximo de 15 linhas)







*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

**XXX Seleção de Estagiários para a área de Direito da Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas**

**CARTÃO RESPOSTA**

**Marcar com X a resposta correspondente.**

<b>DIREITO CONSTITUCIONAL</b>					
<b>QUESTÃO</b>	<b>RESPOSTA</b>				
<b>01</b>	A	B	C	D	E
<b>02</b>	A	B	C	D	E
<b>03</b>	A	B	C	D	E
<b>04</b>	A	B	C	D	E
<b>05</b>	A	B	C	D	E
<b>DIREITO ADMINISTRATIVO</b>					
<b>06</b>	A	B	C	D	E
<b>07</b>	A	B	C	D	E
<b>08</b>	A	B	C	D	E
<b>09</b>	A	B	C	D	E
<b>10</b>	A	B	C	D	E
<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b>					
<b>QUESTÃO</b>	<b>RESPOSTA</b>				
<b>11</b>	A	B	C	D	E
<b>12</b>	A	B	C	D	E
<b>13</b>	A	B	C	D	E
<b>14</b>	A	B	C	D	E
<b>15</b>	A	B	C	D	E